



<http://bd.camara.leg.br>

“Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade.”



CDU 027.6:342.532(81)(05)

BOLETIM DA BIBLIOTECA
DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Boi. Bibl. Câm. Dep.	Brasília	v. 10	n. 2	p. 207-458	jul./dez. 1961
-------------------------	----------	-------	-------------	------------	----------------

ASTOLFO DUTRA NICACIO

1864-1920

10.^o Presidente da Câmara dos Deputados



PRESIDENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

10

ASTOLFO DUTRA NICÁCIO

O Estado de Minas Gerais costuma homenagear os seus filhos ilustres, dando-lhes os nomes não somente a ruas e praças, mas aos próprios municípios em que nasceram. Ainda em nossa última biografia, tivemos oportunidade de aludir ao fato, a propósito de Sabino Barroso. Também o 10.º Presidente da Câmara dos Deputados, no período republicano, mereceu esta homenagem póstuma de sua terra natal. Pelo decreto-lei estadual n.º 148, de 17 de dezembro de 1938, o distrito de Pôrto de Santo Antônio, tornando-se independente do de Cataguases, recebeu o nome de Astolfo Dutra (31).

Filho do coronel Pedro Dutra Nicácio e de Raquel Dutra Vieira de Rezende, nasceu Astolfo Dutra Nicácio em 17 de dezembro de 1864. Nada sabemos a respeito de sua infância e primeiros estudos. Por uma informação de Afonso Arinos de Melo Franco, em *Um Estadista da República*, podemos concluir que, em 1884, êle estava matriculado no primeiro ano da Faculdade de Direito de São Paulo (33, v. 1, p. 147). Pelo sucesso que alcançou como advogado, também podemos inferir que o seu curso jurídico foi dos mais brilhantes. Em 12 de novembro de 1888, recebeu o diploma de bacharel em Direito. Regressou, então, a Cataguases, onde tornou-se advogado e, de 1890 a 1891, juiz municipal. Afirma Bueno Brandão que, já nessa época, o nome de Astolfo Dutra era citado entre os mais brilhantes cultores da ciência jurídica e acatado pelos juizes e tribunais (30, p. 857).

Foi durante a campanha republicana, na qual tomou parte ativa, que Astolfo Dutra sentiu-se atraído pela politica. Mas não era um aventureiro ambicioso e carreirista. Sua trajetória política, como assinalou Bueno Brandão, se fêz por etapas sucessivas, conquistadas

unicamente pelo esforço continuado, inteligência esclarecida e dedicação à causa pública (30, p. 858). Foi, assim, vereador, agente executivo e presidente da Câmara Municipal de Cataguases. Em 1900, elegeu-se deputado ao Congresso Mineiro, tendo sido escolhido presidente da Câmara Estadual. Findo o quadriênio, candidatou-se à Câmara Federal, pelo 2.º Distrito de Minas Gerais. Eleito por expressiva maioria, transferiu residência para o Rio de Janeiro, em 1903.

De início, sua atuação parlamentar decorreu mais nas comissões do que no plenário. De 1903 a 1908 (5.ª e 6.ª legislaturas), vamos encontrá-lo inteiramente absorvido pelos trabalhos das Comissões de Justiça e de Finanças. Quando falava no plenário, raramente o fazia da tribuna, preferindo sempre o microfone de sua bancada. Era um homem sinceramente modesto, com o pudor dos gestos espetaculares e das atitudes dramáticas. Primava pela discrição, mas não podia disfarçar a sua competência de jurista nem os seus dotes de orador, como salientou Bueno de Paiva (34). “Astolfo Dutra parece saber de cór o *Corpus Juris* no original”, anotou José Vieira, no seu diário do ano de 1909 na Câmara dos Deputados (37). Os ensinamentos de um curso jurídico brilhantemente seguido continuavam, assim, a distinguir o deputado federal. O seu modo de ser parlamentar está por inteiro retratado neste trecho de um discurso proferido em 15 de setembro de 1914: “Não sei como pensa o Governo a respeito; não perguntei nem me disseram. Penso que se trata de um problema nacional [a prorrogação da Moratória] que constitui questão essencialmente aberta, sôbre a qual cada um de nós tem de ouvir a voz da própria consciência. Não sou lavrador; não pertenço infelizmente a essa classe de beneméritos contribuintes que servem ao país sem nenhuma recompensa, mas sou advogado nato e mui legítimo dos que sômente são lembrados pelo Estado como devedores de impostos. Nunca fiz retórica; nunca premeditei um discurso para pronunciar nesta Casa. Sempre que sou obrigado a emitir meu juízo, o faço coagido por circunstâncias inesperadas do momento e com a precisa rapidez para não roubar inutilmente o tempo precioso aos meus colegas” (6).

Independência, patriotismo e modéstia são as qualidades que se revelam neste discurso. Eram as qualidades mestras de Astolfo Dutra. Como líder da bancada mineira e da maioria, êle sabia conduzir as questões de tal modo que encontrava sempre soluções justas e intermédias, não colocando em situação sequer constrangida a parte vencida (34).

Nos dias 23 de setembro e 1.º de outubro de 1914, Astolfo Dutra voltou a fazer longos e importantes discursos sobre a situação financeira do país, que era ameaçadora. Segundo Afonso Arinos de Melo Franco, êle estava preparando, com êsses discursos, sua ascensão à presidência da Câmara (33, v. 2, p. 800). O fato é que não estava presente quando a Câmara o elegeu seu presidente, por 146 votos em 152 cédulas, na sessão de 21 de novembro de 1914. Sucedeu a Sabino Barroso — que em 15 de novembro renunciou ao cargo e ao mandato — completando a série de três mineiros sucessivos na presidência da Câmara. O seu discurso de posse, na sessão de 23 de novembro, foi uma profissão de fé republicana: fé que nêle madrugou nos bancos acadêmicos e robusteceu-se durante uma vida pública cheia de recusas altivas às posições que lhe foram oferecidas pelos partidos monárquicos (9).

Astolfo Dutra foi eleito presidente da Câmara numa fase difícil da nossa existência política. Eram dias, como assinala Afonso Arinos de Melo Franco, “de pânico e falta de rumo”, nos quais só um homem parecia manter-se “de pé, sobre as ruínas, desafiando tôdas as ameaças: Pinheiro Machado” (33, v. 2, p. 800). Nessa época tão conturbada para o Brasil e para o mundo, Astolfo Dutra foi realmente o presidente que prometera ser: “No exercício das funções de diretor dos nossos trabalhos, serei órgão fiel da lei, colocando-me, para sua boa aplicação, acima das paixões partidárias e representando uma garantia real para todos os direitos, consoante as preciosas tradições de meu eminente antecessor” (9).

Sucessivamente reeleito nos anos de 1915 a 1917, Astolfo Dutra renunciou à presidência da Câmara em 19 de julho dêste último ano. O seu pedido foi lido na sessão de 23 de junho, sendo unanimemente rejeitado. Por telegrama também de 23 de julho, dado a conhecer na sessão do dia seguinte, agradecendo o “gesto de cativante gentileza” dos seus pares, informou que sua renúncia era irrevogável. Na sessão de 24 de julho, Maurício de Lacerda, que era adversário político de Astolfo Dutra, requereu a designação de uma comissão para insistir “junto ao seu presidente, a fim de que êste reoocupe a cadeira, em que nem uma vez desmereceu dos nossos votos, da nossa confiança, da nossa simpatia e de nosso respeito” (32). Falando em seguida, para encaminhar a votação dêsse requerimento, Antônio Carlos, na qualidade de amigo íntimo de Astolfo Dutra, transmitiu ao plenário o seu desejo de que “os prezados colegas da Câmara (...) não procurassem prestar-lhe quaisquer homenagens a propósito dêstes acontecimentos, porquanto as home-

nagens por S. Exa. até hoje recebidas da Câmara dos Deputados já eram de molde a trazerem-no profundamente penhorado para com os seus colegas” (29). Compelida a aceitar a renúncia, a Câmara, ainda a requerimento de Maurício de Lacerda, nomeou uma comissão para manifestar a Astolfo Dutra sentimentos de pesar pelo seu gesto e de agradecimento “pelo alto descortino e pela grande respeitabilidade” que imprimiu à direção dos seus trabalhos legislativos.

Deixando a presidência, Astolfo Dutra foi eleito, em setembro de 1917, membro da Comissão de Finanças, na vaga aberta pela morte de Carlos Peixoto. Assumiu depois a liderança da maioria, substituindo a Antônio Carlos, que fôí ocupar a pasta da Fazenda. Em 9 de julho de 1919, foi eleito, pela quinta vez, presidente da Câmara dos Deputados. Sucedeu a Sabino Barroso, falecido em 15 de junho e seu sucessor neste pôsto, em 1917. Em 8 de maio de 1920, procede-se à eleição da Mesa da Câmara para a 10.^a legislatura e Astolfo Dutra sai novamente eleito, por 107 votos em 109 cédulas. Tomando posse, na sessão de 10 de maio, êle assim se exprimiu: “Pode a Câmara dos Srs. Deputados contar com a minha solicitude e máximo esforço para corresponder a esta prova de confiança, que me desvanece” (28). Não podia adivinhar que a morte o levaria 13 dias depois de empossado pela 6.^a vez na presidência da Câmara. Em 22 de maio, ainda presidiu os trabalhos normais da Casa. O dia seguinte era domingo e êle o foi passar em Cataguases. Astolfo Dutra era daqueles que, mesmo consagrados na metrópole, não conseguem nunca despregar-se da localidade em que nasceram. Ali conseguem — como Proust em Combray, ou Nabuco em Massangana — recapturar o “tempo perdido”. No dia 23 de maio de 1920, entretanto, parece que Astolfo Dutra tinha em Cataguazes, como o poeta inglês, “um *rendez-vous* com a morte”. Porque morreu, repentinamente, poucas horas depois de lá chegar. Dêle podemos dizer que, tanto na vida como na morte, primou pela discrição.

REFERÊNCIAS

ACD = Anais da Câmara dos Deputados

DCN = Diário do Congresso Nacional

a) Discursos de Astolfo Dutra

- 1 — Demora de pareceres pendentes das comissões de verificação de poderes (20-5-1909). ACD, 1909, v. 2, p. 177-179.

- 2 — Resposta aos artigos d'O País (13-7-1909). *ACD*, 1909, v. 4, p. 370-371.
- 3 — Representação dos escrivães de paz de Cataguazes, pedindo revogação da última parte do art. 2.º do regulamento relativo aos livros do Registro Civil de nascimentos e óbitos (29-7-1909). *ACD*, 1909, v. 4, p. 796-798.
- 4 — Estado de sitio (25-8-1911). *ACD*, 1911, v. 4, p. 775-777.
- 5 — Emendas ao Código civil (8-7-1913). *ACD*, 1913, v. 4, p. 97-98.
- 6 — Prorrogação da Moratória (15-9-1914). *ACD*, 1914, v. 6, p. 165-169.
- 7 — Problemas do café (23-9-1914). *ACD*, 1914, v. 6, p. 438-456.
- 8 — Situação do país, encargos do Tesouro, funcionalismo público, concessões de estradas de ferro e questão do café (1-10-1914). *ACD*, 1914, v. 7, p. 45-54.
- 9 — Agradecimento pela eleição a presidente da Câmara (23-11-1914). *ACD*, 1914, v. 10, p. 350-352.
- 10 — Alistamento eleitoral (16-10-1917). *ACD*, 1917, v. 9, p. 47-49.
- 11 — Mensagem presidencial relativa ao estado de guerra entre o Brasil e a Alemanha (25-10-1917). *ACD*, v. 9, p. 664-665. *ACD*, 1920, v.1, p. 546-547.
- 12 — Organização do quadro Q.F. (25-10-1917). *ACD*, 1917, v. 9, p. 696-698.
- 13 — Elaboração dos orçamentos e impostos de exportação (29-10-1917). *ACD*, 1917, v. 9, p. 859-873.
- 14 — Estado de sitio para todo o território nacional (7-11-1917). *ACD*, 1917, v. 10, p. 344-345 e 349-351.
- 15 — Medidas de defesa nacional e segurança da ordem interna (8-11-1917). *ACD*, 1917, v. 10, p. 379-382.
- 16 — Votação das emendas do Senado ao projeto que declara o estado de sitio (14-11-1917). *ACD*, 1917, v. 11, p. 49-50.
- 17 — Convênio Franco-Brasileiro (26-12-1917). *ACD*, 1917, v. 13, p. 595-597.

- 18 — Relevação de prescrição e crédito vetado pelo Presidente da República (27-12-1917). *ACD*, 1917, v. 14, p. 42-47.
- 19 — Orçamento da Fazenda (30-12-1917). *ACD*, 1917, v. 14, p. 510-511.
- 20 — Comissariado da Alimentação Pública (17-8-1918). *ACD*, 1918, v. 6, p. 745-748.
- 21 — Feriado comemorativo do término da guerra mundial (29-11-1918). *ACD*, 1918, v. 11, p. 1005-1006.
- 22 — Veto oposto a projetos de caráter pessoal (27-12-1918). *ACD*, v. 14, p. 78-81.
- 23 — Emendas orçamentárias concernentes às secretarias da Câmara e do Senado (28-12-1918). *ACD*, 1918, v. 14, p. 170-172.
- 24 — Falecimento do conselheiro Rodrigues Alves, presidente eleito da República (8-5-1919). *ACD*, 1919, v. 1, p. 215-216.
- 25 — Encaminhamento da votação do desvio da verba secreta da polícia para a presidência da República (31-5-1919). *ACD*, 1919, v. 1, p. 776-778.
- 26 — Sindicância do emprêgo dos dinheiros públicos na administração do presidente Wenceslau Braz (2-6-1919). *ACD*, v. 1, p. 803-804 e 857-860.
- 27 — Agradecimento pela eleição a presidente da Câmara (9-7-1919). *DCN*, 13 jul. 1919, p. 862-863.
- 28 — Agradecimento pela eleição a presidente da Câmara (10-5-1920). *ACD*, 1920, v. p. 546-547.

b) Sôbre Astolfo Dutra

- 29 — ANDRADA, Antonio Carlos Ribeiro de. Discursos em 24-7-1917. *ACD*, 1917, v. 3, p. 643-644 e 646-647.
- 30 — BRANDÃO, Bueno. Discurso em 25-5-1920. *ACD*, 1920, v. 1, p. 857-859.
- 31 — BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, 1958, v. 24, p. 117.

- 32 — LACERDA, Maurício de. Discurso em 24-7-1917. *ACD*, 1917, v. 3, p. 644-646.
- 33 — MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Um estadista da república (Afrânio de Melo Franco e seu tempo)* ... Rio de Janeiro, J. Olympio, 1955. 3 v. (Coleção documentos brasileiros, 85-83B).
- As páginas estão indicadas no texto da biografia.
- 34 — PAIVA, Bueno de. Discurso no Senado Federal, em 25-5-1920. *DCN*, 26 maio 1920, p. 357-358.
- 35 — PIRAGIBE, Vicente. Discurso em 24-7-1917. *ACD*, 1917, v. 3, p. 640-642.
- 36 — SOARES DOS SANTOS, Luís. Discurso no Senado Federal, em 25-5-1920. *DCN*, 26 maio 1920, p. 359.
- 37 — VIEIRA, José. *A Cadeia Velha (memória da Câmara dos Deputados)* Rio de Janeiro, Jacintho Silva [1910?] p. 24.